



Nº do processo: 21008.000419/2024-47 Descrição: INSTITUI O PROGRAMA NACIONAL DE PREVENÇÃO E CONTROLE DA VASSOURA-DE-BRUXA DA MANDIOCA (RHIZOCTONIA THEOBROMAE).
Tipo de Norma: Portaria
Unidade Responsável: DSV
Regime de tramitação: Comum Urgente

CPF	Nome	Email	Ramal
[REDACTED]	GLAUCO ANTONIO TEIXEIRA	glauco.teixeira@agro.gov.br	3538291204
[REDACTED]	ERIKO TADASHI SEDOGUCHI	eriko.sedoguchi@agricultura.gov.br	6132182979
[REDACTED]	RICARDO HILMAN	ricardo.hilman@agricultura.gov.br	6132182700

1 - Descrever brevemente qual o problema ou a situação que a proposta pretende solucionar. (Elabore um texto de cinco a dez linhas).

Por ser uma doença altamente destrutiva para a cultura da mandioca e com grande capacidade de dispersão e sobrevivência, ações no sentido de suprimir sua disseminação são essenciais pelo maior período de tempo possível, pelo menos até que alternativas de manejo sejam desenvolvidas pela pesquisa (desenvolvimento de produtos e variedades resistentes).

2 - Indique a legislação que ampara a resolução do problema ou situação, no âmbito das atribuições legais e regulamentares do MAPA e da SDA.

Decreto nº 24.114, de 12 de abril de 1934, que aprova o Regulamento de Defesa Sanitária Vegetal, Decreto nº 5.759, de 17 de abril de 2006, promulga o texto revisto da Convenção Internacional para a Proteção dos Vegetais (CIVP), aprovado na 29ª Conferência da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação - FAO, em 17 de novembro de 1997, Decreto Nº 5.741, de 30 de março de 2006, que organiza o Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária SUASA, Instrução Normativa nº 45, de 22 de agosto de 2018, estabelece regras e procedimentos para elaboração, atualização e divulgação das listas de Pragas Quarentenárias Ausentes, Pragas Quarentenárias Presentes e Pragas Não Quarentenárias Regulamentadas, Instrução Normativa nº 38, de 1 de outubro de 2018, estabelece a lista de Pragas Quarentenárias Presentes (PQP) para o Brasil.

3 - Esse problema ou situação pode ser considerado como uma prioridade institucional? Indicar objetivamente as razões.

Sim, devido a se tratar de uma praga quarentenária para uma cultura de importância em nível nacional, tanto para pequenos e grandes produtores, mas também para povos indígenas, e que, como observado nas áreas de ocorrência, possui elevado potencial de destruição, podendo causar severos prejuízos econômicos e sociais.

4 - Quais seriam os principais atores afetados ou interessados em conhecer e discutir o ato normativo proposto? (Apontar os dados de identificação dos atores de modo mais completo possível: nome ou instituição, endereço, telefone de contato, fax, e-mail etc.)

Produtores e associações de produtores de mandioca; serviços técnicos do MAPA - Sede e das Superintendências de Agricultura e Pecuária (unidades de sanidade vegetal); Órgãos Estaduais de Defesa Sanitária Vegetal - OEDSV, Câmara Setorial da Mandioca, EMBRAPA, Secretarias Estaduais de Agricultura, Prefeituras do Estado do Amapá, FUNAI, Órgãos de Extensão Rural, CNA-SENAR, Conselho de Caciques dos Povos Indígenas do Oiapoque.

5 - Se o MAPA não adotar alguma medida para resolver o problema ou situação (hipótese de não ação), qual seria a tendência com relação às consequências? (Marque apenas uma opção).

- Agrava-se rapidamente
- Agrava-se lentamente
- Mantém-se estável
- Resolve-se lentamente
- Resolve-se rapidamente
- Imprevável



6 - Quais são as alternativas identificadas, além da regulamentação e da inação, para enfrentar o problema e alcançar os objetivos definidos? (Aponte todas as medidas alternativas identificadas)

Realizar campanhas educativas, fomento a cultivos alternativos, pesquisa de materiais resistentes e registro de fungicidas para controle da praga.

7 - Quais são os principais impactos (econômicos, sociais, ambientais) esperados (positivos e negativos, desejáveis e indesejáveis, diretos e indiretos) de cada alternativa identificada, incluída a regulamentação e a inação, sobre cada ator ou grupo afetado? (Descarte alternativas inviáveis, ineficazes ou de difícil implementação)

As campanhas educativas divulgam informações relevantes para a promoção do manejo da praga, e, devido à seu caráter voluntário, evitam atritos diretos com o setor produtivo. Porém, não produzem ação direta do Estado, que pode vir a ser demandada pelos próprios produtores, caso se julguem prejudicados por cultivos mal conduzidos no entorno de suas unidades de produção, ou pelo comércio de material propagativo contaminado. A inação permitirá a continuidade da rápida disseminação da praga, sem acompanhamento e tentativas de controle por parte dos órgãos oficiais. A proposta de regulamentação oferece critérios para realização de levantamentos fitossanitários e controle do trânsito interestadual de plantas e partes de plantas hospedeiras da praga. A introdução de culturas não hospedeiras afastaria a preocupação com a praga, porém pode não ser estratégico do ponto de vista social e econômico. Os materiais resistentes possibilitam a continuidade segura dos cultivos hospedeiros, por outro lado existem poucos materiais disponíveis e muita demanda por pesquisas futuras. O registro de produtos é uma alternativa de manejo

8 - Compare as alternativas viáveis encontradas, pelo menos em termos de efetividade e eficiência, e aponte a alternativa recomendada.

A mera realização de campanhas educativas não possibilita a intervenção estatal frente aos produtores que não adotam medidas de manejo da praga, colocando em risco a produção dos vizinhos. A regulamentação define critérios atualizados para realização de levantamentos fitossanitários e controle do trânsito interestadual de plantas e partes de plantas hospedeiras da praga. Além disso, não exclui a realização das campanhas educativas, o fomento a novos cultivos, a pesquisa de materiais resistentes e o registro de fungicidas. Entendemos que a regulamentação é a alternativa recomendada.

9 - O problema ou situação já foi regulamentado em outros países? (Se sim, especificar as autoridades e o modo como regulamentaram o assunto em seus países).

- Não
- Sim. Especificar.

10 - Existem outros atos normativos vigentes no Brasil ou em acordos dos quais o país é signatário que são aplicáveis ao problema ou situação? (Se sim, indicar as principais normas vigentes: leis, decretos, resoluções, portarias, etc.).

- Não
- Sim. Especificar.

Decreto nº 24.114, de 12 de abril de 1934, que aprova o Regulamento de Defesa Sanitária Vegetal, Decreto nº 5.759, de 17 de abril de 2006, promulga o texto revisto da Convenção Internacional para a Proteção dos Vegetais (CIVP), aprovado na 29ª Conferência da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação - FAO, em 17 de novembro de 1997, Decreto Nº 5.741, de 30 de março de 2006, que organiza o Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária SUASA, Instrução Normativa nº 38, de 1 de outubro de 2018, estabelece a lista de Pragas Quarentenárias Presentes (PQP) para o Brasil.



11 - Existem atos normativos passíveis de serem afetados pela disposição pretendida?

- Não
- Sim. Especificar.

12 - Quais são os objetivos pretendidos com a proposta desse ato normativo e os benefícios esperados a partir da sua implementação? (Escreva os objetivos em forma de tópicos. Distinguir os benefícios de curto, médio e longo prazo)

I - estabelecer medidas de prevenção e contingência; II - estabelecer medidas de controle. Benefícios: possibilitar que o Estado do Amapá mantenha sua produção de mandioca (curto prazo), impedir o avanço da praga para outros estados (médio prazo).

13 - Quais são as medidas contidas no ato normativo para alcançar os objetivos pretendidos? (Escreva os objetivos em forma de tópicos)

I - realização de levantamentos fitossanitários; II - publicação de manual de procedimentos; III - certificação fitossanitária de origem.

14 - Existem estimativas sobre os custos da implementação do ato normativo proposto, incluindo a sua distribuição entre os diversos atores ou grupos afetados? (Se sim, anexar os dados e documentos pertinentes)

- Não
- Sim. Especificar.

15 - Quais são os recursos necessários para a implementação do ato normativo proposto? (Marque todas as opções aplicáveis)

- Infraestrutura já disponível na unidade administrativa
- Despesas ou transferências de recursos financeiros dos PIs da unidade administrativa
- Novos equipamentos, desenvolvimento ou adaptação de sistemas de informação da SDA/MAPA
- Contratação, capacitação ou treinamento de pessoas da unidade administrativa
- Novos equipamentos, desenvolvimento ou adaptação de sistemas de informação das Unidades Organizacionais das SFAs das Unidades da Federação
- Capacitação ou treinamento de pessoas dos órgãos de execução das atividades de fiscalização dos Estados
- Outros. Especificar e quantificar:



16 - Quais seriam as principais dificuldades relativas à implementação do ato normativo proposto? (Administrativas, financeiras, entre outras)

Limitações burocráticas para realização de atividades de capacitação. Limitação de pessoal para realizar atividades gerenciais e de campo.
Limitação orçamentária para ações a campo.

17 - Os benefícios esperados superam os custos de implementação da proposta? (Indicar brevemente as razões)

- Não. Por quê?
- Sim. Por quê?

Os custos de implementação são reduzidos frente ao impacto econômico e social sobre a cultura da mandioca.

18 - A implantação do ato normativo proposto depende da atuação de diferentes unidades administrativas do MAPA ou de outros órgãos ou instituições de governo? (Se sim, indicar os atores envolvidos e suas respectivas atribuições)

- Não.
- Sim. Relacionar.

Órgãos Estaduais de Defesa Sanitária Vegetal.

19 - Qual é a opinião das autoridades incumbidas de executar as medidas quanto à clareza dos objetivos pretendidos e à possibilidade de sua execução?

A proposta está sendo construída em conjunto com as partes envolvidas e é de fácil entendimento.

20 - O ato normativo foi submetido a testes sobre a possibilidade de sua implantação, com a participação das autoridades encarregadas de aplicá-lo? Por que não? A que conclusão se chegou?



Não, por se tratar de norma semelhante a outras, já implementadas, e que vem sendo executadas regularmente.

21 - Há necessidade de algum período de adaptação das empresas ou órgãos de governo para o cumprimento do ato normativo proposto? (Se sim, indicar brevemente as razões e o período necessário, em meses).

- Não.
- Sim. Relacionar.

22 - Quais mecanismos serão adotados para viabilizar a consulta e a participação dos atores e grupos afetados ou interessados? (Marque todas as opções aplicáveis)

- Ofício
- Reunião
- Consulta Pública
- Audiência Pública
- Câmara Setorial
- Outros. Especificar:

23 - Observações adicionais:
